

## Reprodução ampliada do agronegócio avícola e simples da avicultura camponesa no Agreste Paraibano

**Silvana Cristina Costa Correia** 

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) – Euclides da Cunha, Bahia, Brasil.

e-mail: [silvanageoufpb@gmail.com](mailto:silvanageoufpb@gmail.com)

### Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de reprodução ampliada do agronegócio avícola e simples do campesinato no Agreste Paraibano entre 1970 e 2016. Para tanto buscou-se: a) compreender como ocorreu a acumulação primitiva do capital avícola; b) analisar o sistema de integração e o processo de monopolização do território pelo capital; c) analisar o sistema alternativo de criação de frango caipira desenvolvido pelos camponeses, evidenciando a sua forma simples de reprodução. O estudo pautou-se em análise bibliográfica e documental, levantamento de dados secundários e nos trabalhos de campo. Constatamos que o espaço agrário do Agreste paraibano nos dias atuais tanto é um espaço de valorização da avicultura capitalista desenvolvida pela Guaraves, como é, contraditoriamente, um espaço de resistência representada pela expansão da avicultura alternativa de criação de frango caipira desenvolvida pelos camponeses. Todavia, são os diferentes mecanismos de extração da mais valia e da renda da terra que determinam a reprodução ampliada do capital avícola e a reprodução simples do campesinato.

**Palavras-chave:** Avicultura; campesinato; (re)produção do capital.

### Expanded reproduction of the poultry agribusiness and simple peasant poultry farming in the Agreste Paraibano

#### Abstract

The present work aims to analyze the process of expanded reproduction of the poultry and simple agribusiness of the peasantry in Agreste Paraibano between 1970 and 2016. For that, we sought to: a) understand how the primitive accumulation of poultry capital occurred; b) analyze the integration system and the process of monopolizing the territory by capital; c) analyze the alternative system for raising free-range chicken developed by the peasants, highlighting its simple form of reproduction. The study was based on bibliographic and documental analysis, secondary data collection and fieldwork. We found that the agrarian space in the Agreste Paraibano is both a space for the valorization of capitalist poultry farming developed by Guaraves, as it is, contradictorily, a space of resistance represented by the expansion of alternative poultry farming for free-range chicken farming developed by peasants. However, the different mechanisms for extracting surplus value and income from the land that determine the expanded reproduction of poultry capital and the simple reproduction of the peasantry.

**Keywords:** Poultry; peasantry; (re)production of capital.



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## Reproducción ampliada de la agroindustria avícola y simple la avicultura campesina en el Agreste Paraibano

### Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo analizar los procesos de reproducción ampliada de la agroindustria avícola y simple del campesinado en el Agreste Paraibano entre 1970 y 2016. Para eso, hemos invertido esfuerzos para: a) comprender cómo ocurrió la acumulación original del capital avícola; b) analizar el sistema de integración y el proceso de monopolización de territorio por el capital; c) analizar el sistema alternativo de cría de pollos de corral, desarrollado por los campesinos, lo cuál evidencia su sencilla forma de reproducción. Ese estudio se basó en el análisis bibliográfico y documental, en el estudio de datos secundarios y en el trabajo de campo. Se pudo comprobar que el espacio agrario del Agreste Paraibano en los días actuales tanto es un espacio de valorización de la avicultura capitalista desarrollado por Guaraves, como es, paradójicamente, un espacio de resistencia representada por la expansión de la avicultura alternativa de pollo de corral desarrollado por los campesinos. Sin embargo, son los diferentes mecanismos de extracción de ventaja o plusvalía y la renta de la tierra que determinan la reproducción ampliada del capital avícola y capital y la simple reproducción del campesinado.

**Palabras-clave:** Avicultura; campesinado; (re) producción de capital.

### Introdução

O Agreste é uma unidade espacial do Nordeste brasileiro que corresponde a uma faixa de terra situada entre o Litoral úmido e o Sertão semiárido (ANDRADE<sup>1</sup>, 1986). Na Paraíba essa região coincide com a Mesorregião do Agreste Paraibano que compreende 66 municípios distribuídos em 8 Microrregiões: Curimataú Ocidental; Curimataú Oriental; Esperança; Brejo Paraibano; Guarabira; Campina Grande; Itabaiana e Umbuzeiro. O processo inicial de produção do espaço agrário do Agreste Paraibano esteve relacionado de forma igual ao do Sertão, ou seja, ao desenvolvimento da atividade canavieira (MOREIRA E TARGINO, 1997). Só que, numa aparente contradição, enquanto no Sertão a ocupação se deu em função da expansão da atividade canavieira, no Agreste ela se deu em virtude de sua retração (MOREIRA E TARGINO, 1997).

Com o declínio da economia açucareira no século XVII, houve um deslocamento da mão-de-obra que foi liberada dos engenhos do Litoral em direção ao Agreste Baixo onde passou a se dedicar aos cultivos de alimentos (milho, feijão, fava, mandioca, batata doce) em pequenas unidades de produção (os sítios). Por motivos de herança, essas pequenas propriedades foram se dividindo entre os camponeses herdeiros, multiplicando-se em sítios menores na região (MOREIRA E TARGINO, 1997). A agricultura camponesa, com base no trabalho familiar, foi a atividade econômica responsável pela ocupação inicial da região.

---

<sup>1</sup> No livro "A Terra e o homem no Nordeste", Andrade (1986) define o Nordeste em 9 estados, desde o Maranhão até o Norte da Bahia, e o divide em 4 regiões: Mata (que corresponde a região da Mata e o Litoral Oriental); Agreste; Sertão (que corresponde ao sertão e o Litoral Setentrional) e Meio Norte.

O surgimento de currais e de pontos de pouso, para gado e vaqueiros que saíam do Sertão em direção ao Litoral, também contribuiu para a ocupação do Agreste. A origem de alguns municípios, como o de Campina Grande, está relacionada às feiras de gado desenvolvidas na região. Os produtos agrícolas (excedentes) da agricultura camponesa adquiriram um caráter comercial nas feiras de gado e passaram a atender o mercado interno do Agreste e de outras regiões paraibanas. A expansão da atividade algodoeira desenvolvida durante todo o século XVIII efetivou, de fato, o processo de ocupação e povoamento do Agreste. Além do algodão, “outras culturas comerciais contribuíram para a afirmação do Agreste como região policultura por excelência. São exemplos: o café, o sisal, a cana, o fumo, entre outras” (MOREIRA E TARGINO, 1997, p. 82).

Com as crises das atividades sisaleira em 1960 (decorrente da queda do preço no mercado internacional e a concorrência com o fio sintético e com o sisal africano) e algodoeira em 1980 (promovida pela expansão da praga do bicudo), o Agreste se restringiu aos produtos alimentares básicos e à atividade pecuária (MOREIRA E TARGINO, 1997). Na última década do século XX e no decorrer do século XXI, o Agreste se reorganiza a partir da produção de abacaxi e da criação de frangos. A expansão da atividade avícola Agrestina vem se destacando tanto na produção estadual da carne de frango como na exportação. Em 2015 apresentou um efetivo de 5.402.778 milhões de cabeças de galináceos, representando 50,74% do total do efetivo estadual que foi de 10.647.748 milhões de cabeças (CORREIA, 2018).

As exportações iniciaram em 2014 com 375.750 mil quilos de carne de frango, gerando um valor de US\$ 413.905. O volume exportado em 2015 foi de apenas 54.070 mil quilos, apresentando uma grande queda de -78,85% em relação ao ano anterior, gerando um valor de US\$ 87.556. Já em 2016, o volume exportado aumentou para 350.070 mil quilos e gerou um valor de US\$ 429.360. Entre os meses de janeiro e junho de 2017, o volume exportado de 405.000 mil quilos de carne de frango superou o volume vendido o ano inteiro de 2016, sendo que gerou um valor um pouco inferior ao deste ano, de US\$ 403.228 (SECEX/MDIC, 2014, 2015, 2016). A empresa Guaraves, localizada no município de Guarabira, é a única que exporta carne de frango na Paraíba. Entre 2014 e 2016, as exportações foram feitas apenas para Hong Kong na China, mas a partir do segundo semestre de 2017, a empresa passou a exportar também para o Oriente Médio e o Japão.

Esses dados são referentes apenas à avicultura industrial capitalista desenvolvida no Agreste, mas há outros sistemas de criação desenvolvidos pelos camponeses: o capoeira e o alternativo caipira. O presente trabalho<sup>2</sup> tem o objetivo de analisar o processo de reprodução ampliada do agronegócio avícola e simples do campesinato no Agreste

---

<sup>2</sup> Faz parte da tese de Doutorado defendida em 2018, no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFBA, com o título “Reprodução do capital avícola e campesinato no espaço agrário do Agreste paraibano”.

Paraibano entre 1970 e 2016. Para tanto busca-se: a) compreender como ocorreu a acumulação primitiva do capital avícola; b) analisar o sistema de integração e o processo de monopolização do território pelo capital; c) analisar o sistema alternativo de criação de frango caipira desenvolvido pelos camponeses, considerando a sua forma simples de reprodução.

O estudo pautou-se nos seguintes procedimentos metodológicos: a) análise bibliográfica e documental; b) levantamento de dados secundários na Secretária do Comércio Exterior (SECEX) e no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), sobre as exportações do agronegócio brasileiro, inclusive sobre as exportações da carne de frango da Paraíba, mais precisamente, do Agreste Paraibano em 2014, 2015 e 2016; c) 11 trabalhos de campo na Mesorregião do Agreste Paraibano (no período de abril de 2014 a julho de 2017), os quais consistiram em visitas: a) ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Guarabira; b) a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB); c) a empresa avícola Guaraves Alimentos (escritório e abatedouro) em Guarabira-PB; d) as comunidades rurais Maciel e Caboclo no espaço agrário de Guarabira, onde visitamos a Associação dos Pequenos Agricultores das Comunidades Caboclo e Pedra Grande, composta por 21 associados camponeses que estão se dedicando ao sistema alternativo de criação de frangos caipira; e) ao sítio de duas famílias camponesas que estão trabalhando com a avicultura alternativa de forma autônoma, independente de associações e cooperativas; f) a granja de matrizes e ao incubatório da Guaraves no município de Sertãozinho-PB, g) a fábrica de rações Aquavita da Guaraves; h) a fundação do restaurante Sabor Camponês na Associação da comunidade Caboclo; i) a Cooperativa Paraibana de Avicultura e Agricultura Familiar (COPAF) e ao abatedouro de carne de frango caipira no município de São Sebastião de Lagoa de Roça no sítio Turuathá, j) aos sítios de 21 famílias camponesas das comunidades Caboclo e Pedra Grande.

Do ponto de vista conceitual ele privilegia os conceitos de campesinato, resistência camponesa, territorialização do capital e monopolização do território pelo capital, além de outros conceitos da Geografia Agrária, de áreas afins e da teoria marxiana como: reprodução simples e ampliada do capital, renda da terra, mercadoria, capital, capital fictício, capital financeiro e outros. O trabalho encontra-se estruturado em três itens, além da introdução e das considerações finais.

O primeiro item aborda a acumulação primitiva do capital avícola no Agreste Paraibano, evidenciando a dinâmica da apropriação da mais valia no bojo do processo de territorialização do capital. O segundo item trata do sistema de integração e o processo de monopolização do território pelo capital na avicultura agrestina, mostrando o processo de

extração da renda da terra pela empresa Guaraves Alimentos e a substituição da parceria com os camponeses por grandes e médios criadores de frangos. O terceiro item apresenta o sistema alternativo de criação de frango caipira e as formas de criação: independente, associada e cooperada.

### **A acumulação primitiva do capital avícola no Agreste Paraibano**

O processo de acumulação primitiva do capital avícola agrestino e brasileiro é distinto do processo que Marx (2013) descreveu no Livro I de “O capital” sobre a acumulação primitiva do capital inglês. Na transição da produção artesanal de frangos para a produção de frangos industriais não houve a separação dos camponeses avicultores dos seus meios de produção e nem eles se transformaram em trabalhadores assalariados. No campo, o desenvolvimento do capitalismo ocorre a partir de dois processos: 1) o da territorialização do capital; e 2) o da monopolização do território pelo capital (OLIVEIRA, 1991, 2005).

No primeiro processo de desenvolvimento o capital se territorializa no campo e expropria os camponeses dos seus meios de produção, transformando-os em trabalhadores assalariados no campo ou na cidade. No segundo processo de desenvolvimento acontece o contrário: o capital monopoliza o território sem territorializar-se. Neste caso, ele cria condições para que os camponeses produzam matérias-primas para as indústrias capitalistas e ao mesmo tempo possibilita a recriação dos mesmos de forma subordinada à sua lógica de funcionamento.

A produção do capital ocorre através da extração da renda da terra e da subjugação do trabalho do camponês ao capital. Por essas condições históricas e específicas do campo brasileiro e do campo agrestino paraibano, o capitalismo se desenvolve de forma desigual e contraditória: por um lado ele avança e reproduz relações de trabalho especificamente capitalista como a assalariada, e por outro lado ele avança e reproduz, contraditoriamente, relações não tipicamente capitalistas como a camponesa com base no trabalho familiar (OLIVEIRA, 1991, 2005).

A avicultura capitalista desenvolvida no espaço agrário do Agreste paraibano ocorreu, inicialmente, através do sistema independente de criação de frangos da empresa Guaraves em 1977. A apropriação da mais valia se deu com o processo de territorialização do capital através da instalação de 12 galpões. A mercadoria força de trabalho comprada e consumida pela Guaraves no início de sua organização produziu a mais-valia, trabalho excedente, e constituiu o capital avícola inicial. Mas, diante das entrevistas realizadas nos trabalhos de campo e das visitas a *Home Page* da Guaraves, surgiram alguns questionamentos, a saber: como o dinheiro da Guaraves se transformou em capital? Como

se deu a realização da mais-valia? Será que o proprietário da Guaraves produzia galinha de capoeira antes de produzir frango industrial capitalista? O proprietário da Guaraves era um camponês proprietário de sua terra no espaço agrário de Guarabira. Na Granja Santana, os diversos produtos agrícolas, como: feijão verde, milho, macaxeira, inhame, hortaliças e fruteiras de sequeiros eram cultivados por ele e sua família. As galinhas de capoeira eram criadas soltas pelo terreiro da Granja.

Segundo Lira (2011):

Ivanildo começou produzindo em dois galpões localizados por trás da Faculdade de Guarabira. Eram galpões que o avô de Veronildo, seu Arnaud, cedeu. Eram galpões abandonados, antigas casas de farinha [...]. Não havia energia elétrica e a iluminação era feita através de candeeiro e a água que não era encanada, era transportada em lombo de jumento. A ração – Ivanildo nem imaginava possuir uma fábrica de ração -, era feita domesticamente. Compravam-se os concentrados e o milho era moído e transformava-se em ração. No começo, os 300 pintos eram abastecidos com ração misturada com a pá, no sistema extremamente artesanal. Na Granja Santiago, Vera, esposa de Ivanildo, comercializava os frangos e muita gente em Guarabira, era cliente do galeto assado [...] e na casa de Clotilde – Dona Ló (mãe de Ivanildo Coutinho), como é conhecida, era a matança (LIRA, 2011, p. 26).

O Sr. Ivanildo Coutinho produzia frangos nos dois galpões com o trabalho familiar e se enquadrava na lógica da circulação simples de mercadoria M-D-M, enquanto era proprietário da Granja Santana.

Segundo Oliveira (2007):

Em geral, o processo de reprodução da produção camponesa é simples, o que significa dizer que o camponês repõe, a cada ciclo da atividade produtiva, os meios de produção e a força de trabalho para a repetição pura e simples dessa atividade produtiva (p. 42).

E, ainda, acrescenta:

Quando o camponês já está em situação privilegiada no mercado, ele pode acumular dinheiro, como produto do trabalho familiar, e assim procurar garantir para os filhos a possibilidade de também reproduzirem-se como camponeses, e com isso assegurar o processo de reprodução ampliada do campesinato (p. 42).

O processo de reprodução ampliada do dinheiro através do trabalho familiar ocorreu com a produção inicial de 300 frangos em 2 galpões rústicos sem nenhuma tecnologia moderna. A comercialização do frango vivo ou abatido, manualmente, era feita diretamente na própria granja Santana. A passagem da granja para a empresa capitalista Guaraves se deu quando houve a substituição do trabalho familiar pelo trabalho assalariado na produção dos frangos em 12 galpões distribuídos pela região do Agreste com o sistema

independente de produção. O dinheiro acumulado através do trabalho familiar foi a primeira expressão do capital avícola da Guaraves e do Agreste paraibano. A partir da segunda metade da década de 1980, a empresa se enquadra na lógica da circulação ampliada do capital D-M-D. Ou seja, da conversão do dinheiro investido na produção dos frangos e da reconversão destes em dinheiro surgiu o capital avícola da Guaraves.

Mas, para ocorrer a transformação do dinheiro em capital e a realização da mais-valia no processo de produção dos frangos, foi preciso a Guaraves encontrar os trabalhadores despojados dos meios de produção e livres para venderem a sua força de trabalho em prol de sua sobrevivência. O capital avícola se constituiu através da extração da mais-valia criada pelo consumo da força de trabalho pela Guaraves. No capitalismo, a força de trabalho é uma mercadoria como outra qualquer, determinada pelo tempo de trabalho necessário para a sua produção (MARX, 2013).

Neste caso, possui ao mesmo tempo valor de troca e valor de uso. Enquanto valor de troca a sua produção consiste na própria reprodução do trabalhador assalariado, ou seja, pressupõe a existência do trabalhador vivo. Então, o tempo de trabalho necessário para a produção da força de trabalho corresponde ao mesmo tempo de trabalho necessário para a produção dos meios de subsistência do trabalhador, como as necessidades de se alimentar, vestir, morar, aquecer, além de outras que proporcionam saúde e força para o trabalhador repor a sua força de trabalho através de seu trabalho. Enquanto valor de uso, a força de trabalho, ao ser consumida, por exemplo, pela Guaraves, produziu frangos com valor superior ao dinheiro inicial investido na produção.

Na criação da mais-valia, o trabalhador assalariado tem que realizar uma jornada de trabalho superior a necessária para criar o valor de seu salário, isto é, maior do que a necessária para criar o valor correspondente aos meios de subsistência para repor a sua força de trabalho. Então, no processo de acumulação inicial, o trabalho excedente dos trabalhadores assalariados gerou o frango para a Guaraves com valor superior ao dinheiro inicial (D-M) empregado na compra dos meios de produção e da força de trabalho.

O valor inicial D-M que se valorizou no processo de produção de frangos é o capital. O consumo da força de trabalho na produção de qualquer mercadoria, segundo Marx (2013), é fundamental para compreendermos a criação da mais-valia resultante do capital adicional número 1, que desde a sua origem provém de trabalho alheio não pago. Na transformação das leis de propriedade da produção de mercadorias em leis de apropriação capitalista, Marx (2013) mostra o caráter ilusório da relação de troca de equivalentes pela conversão de sua própria dialética interna em troca de não equivalentes.

Aparentemente, a relação de troca existente entre a Guaraves e os trabalhadores assalariados apareceu como justa, pois esta comprou a força de trabalho disponível no mercado pelos trabalhadores assalariados que as venderam em troca de um salário para se

reproduzirem. Ambas as partes estão livres para comprar e vender mercadoria, portanto, juridicamente, estão envolvidos na forma original da lei de troca de mercadorias, isto é, na troca de equivalentes e são merecedores dos mesmos direitos. Todavia, a propriedade do frango pertenceu apenas a Guaraves que teve o direito de se apropriar, exclusivamente, do trabalho excedente dos trabalhadores. O que restou para estes foi apenas a propriedade de sua força de trabalho e não o fruto de seu próprio trabalho: o frango. O direito igual de propriedade na transformação do dinheiro em capital e da mais-valia em capital é ilusório, pois o trabalhador só teve o direito de se apropriar de sua força de trabalho, enquanto a Guaraves se apropriou do produto daquele acrescido de mais-valia. Portanto, quem produziu e reproduziu a mais-valia para a Guaraves foi a classe trabalhadora assalariada no processo de territorialização do capital.

A respeito das relações capitalistas, Oliveira (2007) afirma:

[...] são, portanto, relações sociais que pressupõem a troca desigual entre o capital e o trabalho, e ambos, capital e trabalho, são produtos de relações sociais iguais e contraditoriamente desiguais. São, pois, relações que têm necessariamente que supor capital e trabalho assalariado (p. 38).

Ele chama à atenção para as seguintes distinções:

Um cidadão só é capitalista e o seu dinheiro capital quando o coloca no processo produtivo (comprando meios de produção e força de trabalho) para reproduzir, de forma ampliada, esse capital. É por isso que o capital é produto de uma relação social baseada na troca desigual entre proprietários distintos, porém iguais. O capital é, pois a materialização do trabalho não pago ao trabalhador. É, portanto, a mais-valia expropriada do trabalhador. É a fração do valor produzido pelo trabalhador que se realiza nas mãos do capitalista (p. 38).

A lógica de funcionamento do modo de produção capitalista obscurece a relação de troca e mostra que o produto criado, no caso, o frango, é produto do capital, da Guaraves, e não produto do trabalho, dos assalariados agrestinos. “Dessa forma, a riqueza que o capital acumula não aparece como se fosse retirada do trabalhador, e sim produto do capital” (OLIVEIRA, 2007, p. 37). O caráter ilusório provém daí, pois para o trabalhador a relação de troca que realizou com a Guaraves foi justa e legítima. Para muitos trabalhadores, o capitalista “[...] tem o direito de obter o lucro, pois ele é o dono do capital. Sendo assim, tem o direito de aumentá-lo, pois sem ele (o capital) não haveria trabalho para os trabalhadores” (p. 37). Essa interpretação equivocada faz com que o trabalhador não reconheça a riqueza que cria, uma vez que o seu próprio trabalho aparece como algo estranho a ele.

Sobre o processo de alienação, Martins (1986) afirma que o trabalhador:



Não se vê como é, mas como parece ser, como igual e livre, não como se o capital dependesse dele, do seu trabalho, mas como se ele dependesse do capital. Ele se torna estranho diante de sua própria obra, do seu trabalho. Por isso, além de se alienar, de entregar o seu trabalho, ele também se aliena, se entrega. É isso que se quer dizer quando se fala em alienação do trabalhador na sociedade capitalista. Ele não aparece como criador da riqueza, do capital, mas como criatura desse mesmo capital. As suas relações sociais e o mundo em que vive lhe aparecem exatamente ao contrário do que são, completamente invertidos, completamente de cabeça para baixo, completamente mascarados (p. 156-157).

Não é o trabalhador que importa no capitalismo, mas sim a mercadoria força de trabalho que está à venda sempre no mercado. “Entre uma pessoa e outra interpõe-se a coisa, o objeto, a mercadoria” (p. 156-157). Nesta compreensão errônea, podemos supor que não existiu entre a Guaraves e os trabalhadores uma relação entre si, mas uma relação entre coisas. Ao passo que a relação entre as coisas, as mercadorias: a força de trabalho e os frangos foi quem apareceu nas relações sociais entre ambos. Marx (2013) no Livro I analisa o caráter misterioso da mercadoria através do conceito de fetichismo da mercadoria à luz da teoria do valor. Ele mostra o caráter alienado da sociedade capitalista em que os trabalhadores são dominados pelas coisas (mercadorias) criadas por eles próprios. A mercadoria, segundo o autor, é uma coisa “fantasmagórica” devido à ocultação da exploração nas relações de trabalho.

De acordo com Marx (2013):

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existente à margem dos produtores. É por meio desse quiproquó que os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sensíveis-suprassensíveis ou sociais. [...] É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens, que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. [...] Como os produtores só travam contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho, os caracteres especificamente sociais de seus trabalhos privados, aparecem apenas no âmbito dessa troca. Ou, dito de outro modo, os trabalhos privados só atuam efetivamente como elos do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio destes, também entre os produtores. A estes últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem como aquilo que elas são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas (p. 147-148).

A mercadoria no processo produtivo ainda está sob o domínio do trabalhador que a cria. Mas, quando ela é colocada à venda, no processo de circulação, esse papel se inverte e o trabalhador passa a ser dominado por ela que o transforma numa coisa, ocultando,

assim, a sua origem que a fundamenta: o trabalho. O fetichismo<sup>3</sup> da mercadoria consiste no ocultamento das relações sociais travadas no processo produtivo e na inversão dos papéis na circulação: as mercadorias se autonomizam transformando-se em objetos sociais e ganham vida própria ao dominar as relações sociais, enquanto os homens se coisificam ao perder o controle delas. O consumo da mercadoria apaga todo o trabalho empenhado nela.

A Guaraves se territorializou no espaço agrário do Agreste na década de 1980, apropriando-se da mais-valia produzida pelos trabalhadores assalariados no sistema independente de criação de frangos. Porém, a sua industrialização levada a efeito pelo processo de modernização da agricultura ocorreu na virada da década de 1980 para 1990, principalmente, após a substituição do sistema independente de criação pelo sistema de integração em parceria com os camponeses a partir de 1991. Agora, o capital, em vez de territorializar-se, monopoliza o território com a sujeição da renda da terra aos seus interesses de reprodução.

### **Sistema de integração e o processo de monopolização do território pelo capital na avicultura agrestina**

Entre 1991 e 2010, a Guaraves conseguiu incorporar em sua cadeia produtiva, 223 galpões no sistema de integração. A apropriação da renda da terra via monopolização do capital ocorreu em amplitude maior que a apropriação da mais-valia via territorialização do capital. Com a substituição do sistema de criação independente pelo sistema de integração, a Guaraves saltou no abate de 40 mil frangos por semana em 1991 para 300 mil por semana na década de 2000.

Diante de tais premissas surgiu a seguinte questão: como os camponeses do Agreste se inseriram na modernização tecnológica da avicultura industrial capitalista? O Estado desempenhou o papel de mediador viabilizando a implementação de políticas públicas com linhas de créditos subsidiados tanto para a Guaraves (em proporção maior) como para os camponeses. Ao estabelecer contrato de parceria com a Guaraves e ao fazer financiamento com o banco, os camponeses criaram liames de dependência com o capital industrial e financeiro, pois na compra financiada de alguns equipamentos tecnológicos destinados à infraestrutura dos galpões, os camponeses se submeteram a sujeição da renda da terra. Nesta relação desigual, a Guaraves adiantou os pintinhos de 1 dia, as rações, os medicamentos, a assistência técnica e veterinária para os camponeses. Em troca, estes ficaram obrigados para comercializar os frangos prontos para o abate, exclusivamente, para a Guaraves. Portanto, esta era uma relação de mercado monolítica, uma vez que a

---

<sup>3</sup> O fetiche da mercadoria refere-se ao processo pelo qual a mercadoria, considerada como um ser inanimado, ganha vida e passa a determinar as relações sociais no processo de troca. Por isso, Marx (2013) afirma que as ações humanas deixam de ser consideradas propriamente humanas e passam a ser consideradas como coisas.

Guaraves era a única compradora dos frangos. Descontados os gastos de produção, os camponeses eram remunerados pela empresa.

Nesta relação desigual, a Guaraves teve um enorme poder de barganha nos preços dos frangos e, sobretudo, para impor os seus critérios de qualidade, tais como: a) o tamanho dos galpões; b) o peso final dos frangos para o abate; c) as técnicas de manejo adequadas a serem adotadas, além de outros critérios que, muitas vezes, demandaram altos investimentos dos camponeses em seus galpões. Os principais fatores que a empresa levava em conta na fórmula que calcula o pagamento dos camponeses integrados, foram: a) o peso dos frangos em idade de abate; b) a quantidade de ração consumida; c) a quantidade de medicamentos utilizados desde o pintinho de 1 dia até o abate dele; e d) o números de frangos mortos. Essas informações foram fornecidas durante um dos nossos trabalhos de campo realizado em Guarabira por uma camponesa (ex-integrada da Guaraves) e um técnico da Emater do município. Conforme o depoimento da camponesa, a maioria dos camponeses integrados nunca entenderam os cálculos matemáticos que nortearam os pagamentos.

Nas entrevistas, constatamos que os camponeses integrados desenvolviam outras atividades agrícolas além da avicultura. Alguns, inclusive, para manter os galpões em pleno funcionamento, muitas vezes tiveram que trabalhar em outras atividades não agrícolas. Desta forma, apreende-se, que além do trabalho familiar, a avicultura desenvolvida pela Guaraves também apropriava-se do dinheiro provindo dos produtos cultivados nos sítios, como: o feijão, o milho, a fruticultura, os tubérculos e as hortaliças. Assim, ela se apropriou tanto do excedente da produção dos frangos como destes outros produtos.

Pelo exposto, compreendemos, que no Agreste a Guaraves tanto se apropriou da mais-valia como da renda da terra, uma vez que na territorialização do capital ocorreu a alienação do trabalho (com a extração da mais-valia, trabalho excedente) e na monopolização do território pelo capital ocorreu alienação da terra (com a extração da renda da terra, produto excedente). Os camponeses não se deram conta de que a maior parte da riqueza<sup>4</sup> gerada por eles ficou com a Guaraves. No sistema de integração eles se transformaram em meras coisas, enquanto os frangos, produzidos pelo trabalho familiar, ganharam vida e importância, pois são as minas de ouro da empresa. A monopolização do território pelo capital avícola da Guaraves com a sujeição da renda da terra, no sistema de integração, intensificou o lucro e a territorialização de outros elos da cadeia produtiva da carne de frango, tais como: a ampliação das granjas de matrizes, a implantação do incubatório e do abatedouro.

---

<sup>4</sup> Realidade apresentada nos trabalhos de Belusso (2011), Aguiar (2006) e Arashiro (1989), a riqueza produzida pelos camponeses de diferentes regiões do Brasil, é apropriada pelas grandes empresas avícolas.

Apesar do sistema de integração com os camponeses ter contribuído para o elevado aumento na produção dos frangos e a Guaraves ter obtido uma maior margem de lucro (pois reduziu os custos com a mão de obra empregada e ainda teve os frangos na hora certa com um custo menor), ela com a pretensão de inserir-se no mercado externo e ampliar o mercado interno em 2010, substituiu a parceria com os camponeses por grandes e médios criadores de frangos da região.

O novo padrão de exigência (de qualidade e produtividade) da Guaraves imposto aos camponeses para a modernização dos galpões provocou o desligamento dos mesmos no sistema de integração. O ganho auferido pela produção dos frangos era incompatível com os gastos iniciais de criação de 18.000 pintinhos e a exigência de uma readequação tecnológica entre R\$ 150.000,00 e R\$ 450.000,00 para investir em: a) alimentador automático para ração; b) aquecedor a lenha; c) comedouro tubular adulto e infantil; d) cortinas plásticas de proteção das laterais; e) cortinas plásticas de forração; f) lança-chamas; g) lavajato; h) nebulizador; i) pulverizador costal de 20 litros; j) silo metálico para ração de 16 toneladas com 6 pés; l) tela de fio malha de 2,5 cm; m) transportador de ração (siloflex); n) ventilador, além de outros equipamentos como a fábrica de ração e o controlador ambiência.

Atualmente, a Guaraves apenas mantém contratos de parceria com médios e grandes produtores de frangos nos municípios paraibanos do Agreste, mais precisamente, em Guarabira, Pocinhos, Soledade, Borborema, Serra da Raiz, Puxinanã, Bananeiras, Solânea, Alagoinhas e Itatuba. Além das parcerias com alguns municípios do Rio Grande do Norte, como São José de Mipibu, Sítio Novo, Santa Cruz, Serrinha, Macaíba, Touros, São Gonçalo do Amarante e Maxaranguape. A empresa monopoliza a produção de frangos em 480 galpões localizados nos referidos municípios paraibanos e norte-rio-grandenses, sendo a maior concentração deles no município de Guarabira no Agreste paraibano.

A mão de obra utilizada na produção do frango da marca “Bom Todo” é a assalariada, portanto, os integrados apenas compram a mercadoria força de trabalho no mercado, consome a mesma no processo produtivo, mas não se apropriam, totalmente, do trabalho excedente, da mais-valia, pois entregam os frangos para a Guaraves que não tem gastos com o trabalho empenhado neles. Os trabalhadores assalariados, despojados dos seus meios de produção, se enquadram na dimensão estranhada, coisificada e abstrata do trabalho, tornando-se cada vez mais pobre quanto mais frango produz. Nesta relação de troca desigual, os trabalhadores são os mais explorados e prejudicados, pois recebiam, em 2017, um salário mínimo e injusto de R\$ 934,00 pelo trabalho desenvolvido na produção dos frangos.

Geralmente, são contratados três<sup>5</sup> trabalhadores para cada galpão com 30.000 mil pintos. Os integrados, apesar de serem detentores capitalistas dos seus meios de produção, também têm desvantagens nesta relação de troca desigual, dado que ao venderem os frangos, exclusivamente, para a Guaraves transferem uma parte da mais-valia para ela. Então assim, atualmente, o capital avícola (o frango Bom Todo) é produzido pelos trabalhadores assalariados nos galpões dos parceiros integrados e reproduzidos pelos trabalhadores assalariados (que realizam o abate dos frangos) no abatedouro da Guaraves.

A empresa mantém contratos de parcerias com integrados que criam entre 18.000 mil a 579.000 mil frangos. Desde 2014 a empresa está em parceria com um dos maiores empresários da Paraíba, o Sr. José Carlos Alves Diniz, proprietário do grupo São Braz Alimentos. Até o dia do nosso trabalho de campo em 06/7/2017, este grande parceiro da Guaraves tinha 19 galpões com 579.000 mil frangos alojados neles no município de Pocinhos-PB.

Ao ler um contrato de parceria avícola entre a Guaraves e um de seus novos parceiros<sup>6</sup>, constatamos que a estrutura de mercado continua sendo a monolítica, na qual a Guaraves é a única compradora dos frangos. Conforme a Cláusula Sexta do referido contrato avícola, concluído o período de cria e terminação, o integrado deve devolver as aves a Guaraves, “[...] que respeitada a partilha de acordo com a cláusula sétima, lhe pertence, correndo por conta da PARCEIRA PROPRIETÁRIA as despesas deste transporte e a comercialização das mesmas” (2014, p. 2). A Cláusula Sétima estabelece os direitos (em percentagem) na parceria.

Do resultado obtido na terminação das aves, o PARCEIRO CRIADOR terá direito, a título de participação na parceria, a uma percentagem sobre o total em quilos (kg) das aves vivas produzidas que variará conforme tabela para esse fim utilizada e da qual ambos os parceiros declaram expressamente, através deste instrumento, terem pleno conhecimento, onde serão observados os critérios de cálculo do ÍNDICE DE EFICIÊNCIA DE PRODUÇÃO (IEP), obtido com a aplicação da seguinte fórmula:  $IEP = \text{Peso Médio} / \text{Número de dias} \times \text{Viabilidade} \times 100 / \text{Conversão Alimentar}$  (CONTRATO AVÍCOLA DA GUARAVES, 2016, p. 2).

Conforme o depoimento de um integrado (médio produtor de frangos) da Guaraves, os cálculos matemáticos do índice de eficiência de produção (IEF) que resultam no pagamento pela produção dos frangos, estão escritos no contrato, mas o mesmo nunca entende o resultado obtido, isto é, o valor de seu pagamento. Muitos dos novos integrados, principalmente os grandes produtores, têm outros investimentos além da avicultura. Já os médios produtores investem apenas na avicultura, portanto, estes apresentam certo receio a respeito do pagamento.

<sup>5</sup> Cada trabalhador realiza a jornada de trabalho em turnos diferentes.

<sup>6</sup> Médios e grandes produtores de frangos.

O lucro é bom, mas ainda acho que poderia ser melhor porque a minha despesa com a manutenção e conservação dos galpões é grande. Para você ter uma ideia todos os meses aumentam as despesas com água, luz e gás. Tudo isso somado com o pagamento dos trabalhadores dá um dinheirão. Por exemplo, se eu vender 30.000 mil cabeças de frangos a 0,75 centavos, vai dá um total de 22.000,00 mil reais. Só que desse valor é descontado a mortalidade, o peso, além de outras coisas que eu não entendo muito, sabe? Mas, isso é só uma hipótese porque o preço quem dá é a Guaraves. Tem lote que ela compra cabeça de frango por 0,65 centavos, outro lote compra por 0,75 centavos (INTEGRADO DA GUARAVES. GUARABIRA-PB. 06/07/2017).

Citaremos como exemplo, um integrado que consta no relatório anual sobre o sistema de integração em 2016. Em seus galpões no município de Puxinanã-PB, ele tem alojados 34.575 mil frangos que foram dados pela Guaraves com 1 dia de nascidos. Ao completar 48 dias, 32.997 frangos foram vendidos a um valor de 0,75 centavos, somando um total de R\$ 24.747,75. A mortalidade de 1.578 mil frangos representou menos de 5% do total dos frangos alojados. Até então, os cálculos foram compreendidos com exatidão. Porém, a incompreensão surge quando a empresa estabelece o valor bruto de R\$ 24.747,75 e o valor líquido de R\$ 20.370,01, sendo este último, o valor pago ao produtor parceiro com a redução de R\$ 4.377,74. Pressupomos que os gastos com a ração estão reduzidos no valor pago. Neste caso, cada frango foi vendido a R\$ 0,62 ao invés de R\$ 0,75.

Contudo, se é vantajoso ou não manter-se na integração, observamos no espaço agrário do Agreste paraibano a territorialização dos galpões dos médios e grandes integrados da Guaraves próximo dos galpões dos camponeses que estão envolvidos no sistema alternativo de criação de frangos caipira. Isto significa que o espaço agrário do Agreste paraibano se constitui, atualmente, como espaço de valorização do capital avícola da Guaraves e como espaço de resistência dos camponeses avicultores do sistema alternativo de criação do frango caipira, como veremos a seguir.

### **Sistema alternativo de criação de frango caipira: a criação independente, associada e cooperada dos camponeses**

A avicultura alternativa, baseada no sistema francês de criação de frango caipira, está sendo desenvolvida no espaço agrário do Agreste paraibano por alguns camponeses que estão organizados em cooperativas, associações e de forma independente. Os camponeses avicultores são proprietários de seus sítios nos municípios de Guarabira, São Sebastião de Lagoa de Roça, Lagoa Seca, Alagoa Nova, Esperança e Bananeiras.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) estabelece normas para a criação de frango caipira no Brasil e faz a seguinte definição:

São denominados de frango caipira, frango colonial, frango tipo caipira, frango estilo caipira, frango tipo colonial, frango estilo colonial. Apenas linhagens específicas são permitidas. As aves devem ter acesso à área externa após 28 dias de idade. Não podem receber promotores de crescimento e ingredientes de origem animal. A idade mínima de abate é de 85 dias (BRASIL, 1999, *apud* CAIRES E CARVALHO, 2010, p. 171).

O frango caipira provém de uma linhagem híbrida, resultado do cruzamento de raças diferentes de frangos, voltada para o aumento de produtividade. Como se trata de uma raça híbrida, de genética alterada, a sua reprodução fica comprometida e inviável. Por essa razão, os avicultores ficam na dependência das empresas internacionais na compra constante dos pintinhos de 1 dia.

A esse respeito Santana Filho e Lima (2012) afirmam:

Estas linhagens comerciais caipiras são todas híbridas duplas, não podendo ser utilizadas para reprodução com o objetivo de renovação do plantel. O híbrido é um produto originário de cruzamento entre raças ou linhagens diferentes, mas que pertence a mesma espécie. As aves híbridas não possuem boa habilidade para retransmitir suas características aos descendentes, ocorrendo perda do potencial genético de produção. Isto leva o produtor a se tornar dependente de pintos de um dia, para renovação do plantel, sob pena de acarretar perdas de produtividade nas sucessivas gerações (p.13).

Os frangos caipira criados no sistema de semiconfinamento (semi-intensivo) ficam até 28 dias de vida em galpões protegidos de predadores, ventos, frio e chuva. Após esse período inicial, de aquecimento e alimentação à base de ração e água potável, eles têm acesso às áreas livres dos sítios ou piquetes<sup>7</sup> para comerem milho, capim, frutas, hortaliças além de outros produtos do roçado. A alimentação à base de ração é feita sem o uso de antibióticos e hormônios promotores de crescimento e sem ingredientes de origem animal. A idade mínima de abate é entre 85 a 90 dias, quando os frangos atingem o peso, aproximadamente, de 2.300 kg. Aos 4 meses de vida a galinha caipira começa a pôr ovos, alcançando em média por ano 200 ovos.

O sistema de criação de frango caipira surgiu na Paraíba em 2005 no município de São Sebastião de Lagoa de Roça em substituição a criação de gado desenvolvida por alguns camponeses que perdiam o pequeno rebanho durante os períodos de seca. O incentivo partiu da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária-PB (EMEPA) que pesquisaram a viabilidade da avicultura alternativa na região semiárida estadual e orientaram os camponeses a aderirem aos créditos do PRONAF para investirem na criação. A avicultura alternativa Agrestina surge

---

<sup>7</sup> Espaço cercado com tela de arame, madeira, ou alvenaria para as aves pastarem.

sob a dependência do capital financeiro e do controle dos bancos que vivem da autovalorização dos juros provindos dos empréstimos.

De acordo com Panta (2015):

São as instituições estatais e financeiras que controlam e estabelecem a evolução da organização produtiva mediante inserção dos agricultores nas estruturas de mercado. Essa mediação se processa por meio da capacidade de conceder crédito e conseqüentemente a geração de capital fictício que deve ser realizado com o aumento futuro da produtividade. [...] Nesse processo de subordinação, a elaboração da proposta de crédito, via entidades de apoio técnico, ocorre mediante a aprovação do agente financeiro. Este por sua vez, enquadra a proposta de crédito às metodologias e aos normativos financeiros de prospecção de negócios, condicionando, assim, contratação do crédito ao atendimento das metodologias (p. 115).

E, ainda, acrescenta:

Esse processo de sujeição acontece de forma atrelada às metodologias instrumentalizadas pela orientação técnica que pode ser do próprio agente financeiro ou terceirizado, caracterizando-se, assim, como um mecanismo de controle. As metodologias propõem, entre outros, estabelecer o tipo de cultura a ser financiada, a forma como os recursos são liberados, o manejo e os tratamentos culturais e o volume de recursos a serem investidos (p. 116).

A decisão de qual atividade iria ser financiada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) partiu da EMBRAPA, EMEPA, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e do Banco do Nordeste que viram na avicultura alternativa uma forma de inserir os camponeses ao mercado e de garantir a acumulação do capital financeiro no Agreste paraibano. Os camponeses receberam os primeiros créditos do PRONAF em 2005 no valor de R\$ 15.000 e investiram: a) na construção dos galpões; b) na compra dos equipamentos tecnológicos fabricados nas indústrias; c) na compra de 200 pintinhos de 1 dia; e d) na compra de ração. No mesmo ano, em 2005, se organizaram e fundaram uma associação que vigorou até o ano de 2009 quando a qual se transformou na COPAF. Esta cooperativa, fundada no dia 06 de Junho de 2009 no sítio Turuathá, atualmente, tem 159 cooperados e 10 associações agregadas, totalizando 450 produtores de frangos caipiras em 22 municípios do Agreste.

Os 159 cooperados trabalham de forma coletiva em três aviários cada qual com 400 aves localizados no abatedouro da COPAF. Esta, além dos frangos produzidos em seu interior, também recebe os frangos provindos das associações dos municípios vizinhos e vende no mercado institucional (para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, e o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA) e no mercado privado (a rede de supermercados Walmart, Carrefour, Extra, Bem Mais e Manaíra). Conforme o depoimento da Presidente da Cooperativa Paraibana de Avicultura e Agricultura Familiar (COPAF), Maria



Nazaré Santos Barbosa, em 2016 a cooperativa obteve um faturamento de R\$ 991.880,53 com o PAA e R\$ 894.580,00 com o PNAE. Destes rendimentos, 20% são recolhidos para cobrir as despesas da produção, sobretudo, das fases de congelamento e distribuição, e 80 % ficam para os camponeses produtores.

A renda média mensal para cada produtor em 2016 foi de R\$ 2.000,00, devido, principalmente, à garantia de venda ao PNAE e PAA somado com a ampliação do mercado privado. Porém, sem o PAA em 2017, houve uma queda no abate dos frangos e, conseqüentemente, as associações diminuíram o ritmo de produção, umas até finalizaram a parceria com a COPAF, devido o recuo do mercado institucional. Por essa razão, a renda média mensal de cada produtor que vende por mês entre 300 e 400 frangos era de um salário mínimo: R\$ 937,00.

A COPAF se consolidou através da parceria entre o Governo do Estado da Paraíba, com o Projeto Cooperar, e o Banco Mundial, que construiu o maior abatedouro de frango caipira do Nordeste, com o nome de Agroindústria de Beneficiamento de Frango Gildo Alves Duarte, fundado no dia 12 de abril de 2014. O investimento destinado à infraestrutura da obra e a compra dos equipamentos tecnológicos foi de R\$ 730.000,00. Atualmente, o abatedouro abate mais de 20.000 aves por mês, sendo que a capacidade industrial instalada suporta o abate de 5.200 aves por semana e uma retirada de 4.800 ovos diários.

A ausência de atravessadores na comercialização dos frangos da COPAF minimiza a sujeição da renda da terra pelo capital comercial. As vendas diretas ao PNAE (destinadas à merenda escolar), ao PAA (doadas aos hospitais públicos) e aos principais supermercados da Paraíba (destinadas aos consumidores em geral) livram os camponeses da subordinação dos atravessadores que se apropriam indevidamente da renda da terra contida nos frangos caipiras. Essa é uma grande vantagem dos camponeses da cooperativa em relação aos camponeses da associação das comunidades Caboclo e Pedra Grande e os camponeses que produzem frangos no sistema independente. Os mecanismos de comercialização da cooperativa garante uma reprodução do campesinato mais tranquila e favorável à manutenção do núcleo familiar, pois com o Selo de Inspeção Estadual (SIE), a comercialização dos frangos e ovos não apresenta dificuldades no mercado estadual, ao contrário, os produtos da marca “Sou Caipira” são aceitáveis nos mercados institucionais e privados

Constatamos que os camponeses da COPAF se recriam quase que exclusivamente produzindo os frangos para vendê-los e não, necessariamente, para consumi-los. Contudo, observamos, através das visitas/entrevistas às 37 famílias parceiras da COPAF, que eles preservam o trabalho familiar além de outros elementos que conferem a identidade camponesa, como por exemplo, a autonomia no processo produtivo através do controle do próprio tempo e do próprio espaço. O trabalho familiar produz o frango da marca “Sou

Caipira”, portanto, este pertence ao camponês que o criou, então, neste caso, não há alienação do trabalho e nem fetiche da mercadoria, o que há é a alienação da terra, pois neste frango está contida uma parte da renda da terra que é apropriada pelo capital financeiro (na personificação do PRONAF) e pelo capital industrial.

O caso dos camponeses avicultores da Associação dos Produtores Rurais das Comunidades Caboclo e Pedra Grande no município de Guarabira é diferente, pois estão transferindo a renda da terra ao capital financeiro, industrial e comercial.

A primeira apropriação ocorre com o acesso às linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF: o de custeio e o de investimento. Observamos que alguns camponeses estão renovando os créditos a cada dois anos e investindo na avicultura alternativa adquirindo os equipamentos tecnológicos produzidos pela indústria, como: os comedouros pendulares infantis e adultos, os bebedouros pendulares infantis e adultos, as campânulas, as cortinas, os círculos de proteção, os ventiladores, além de outros. Neste caso, a monopolização do território ocorre com a sujeição da renda da terra pelo capital financeiro, inicialmente, e posteriormente, pelo capital industrial. Isso acontece porque o PRONAF penetra no campo com o discurso de que a vinculação da produção agropecuária a novas tecnologias determina o seu desenvolvimento.

Porém, o que constatamos, na verdade, é que este desenvolvimento está atrelado ao processo de subordinação da avicultura alternativa ao capital industrial e financeiro. Marx (2016) no Livro III de “O capital, descreveu este último como capital fictício e o explicou através da relação D-D”, na qual o dinheiro (D) produz mais dinheiro (D’) através de si mesmo, isto é, através da autovalorização dos juros oriundos dos empréstimos. A terceira apropriação se dá através da relação estabelecida entre os camponeses e os atravessadores<sup>8</sup> na comercialização dos frangos nos próprios sítios. O capital comercial subordina a produção e subjuga a renda da terra. Aliás, esta é uma forma de monopolização do capital na circulação dos frangos caipiras que os camponeses associados não conseguem evitar.

O projeto da avicultura alternativa das comunidades Caboclo e Pedra Grande ainda está em vigência e as famílias envolvidas afirmaram que só vendem os frangos aos atravessadores quando não há condições financeiras para comprar a ração e quando os vizinhos não aparecem para comprar nos sítios. A venda direta nos sítios<sup>9</sup> pelos camponeses representa o principal canal de comercialização dos frangos e através da qual

---

<sup>8</sup> Correia (2011) mostra a injusta relação entre os camponeses e os atravessadores na comercialização de diferentes produtos agrícolas no semiárido paraibano.

<sup>9</sup> Os camponeses comercializam os frangos no restaurante “Sabor Camponês” (situado na própria associação e pertencente a alguns camponeses associados) e na Feira Agroecológica realizada esporadicamente na associação e organizada pelos próprios camponeses.

não existe a sujeição da renda da terra ao capital comercial. O acesso ao PNAE no primeiro ano da implantação do projeto de criação de frangos caipira, em 2014, deixou os camponeses esperançosos porque adquiriram um rendimento bruto de 121 mil reais na venda de 11 mil quilos de frangos. A não permanência no PNAE nos anos posteriores e a falta de outros mecanismos de comercialização, por falta do Selo de Inspeção Municipal – SIM, vêm deixando os camponeses numa relação de troca desigual com os atravessadores da região.

A associação é composta por 21 camponeses das referidas comunidades que tiveram a concessão de R\$ 325.000,00 financiado pelos projetos Empreender-Paraíba e Cooperar para investir na infraestrutura de dois galpões centrais localizados na sede da associação das comunidades Caboclo e Pedra Grande, e 21 galpões para cada família criar aproximadamente 100 frangos em seus sítios. A mão de obra utilizada na construção dos galpões e a compra dos pintinhos de 1 dia também fizeram parte de tal investimento, segundo as 21 famílias camponesas entrevistadas durante o trabalho de campo. Ao todo foram 11.000 mil frangos (6.000 mil de corte e 5.000 de postura) distribuídos em etapas e conforme as terminações dos primeiros lotes. O valor total do investimento também foi concedido por etapas e de acordo com as necessidades de manutenção do sistema de criação. Os camponeses associados receberam, inicialmente, o primeiro lote com 2.000 mil frangos de corte e, posteriormente, o segundo lote com 2.000 mil galinhas poedeiras. Para construir os primeiros galpões e comprar os primeiros lotes de pintos de 1 dia, os camponeses receberam o primeiro financiamento de R\$ 40.000.

Do total das 69 famílias camponesas entrevistadas, 12 delas produzem frangos caipira através do sistema independente de criação, caracterizado pela não vinculação dos camponeses às indústrias capitalistas, associações e cooperativas. Trata-se de um sistema autônomo desenvolvido, na maioria das vezes, sem nenhuma concessão de créditos agrícolas com agências bancárias ou políticas públicas governamentais. Os camponeses são os únicos responsáveis com todos os gastos que vão desde a construção dos galpões até as diferentes fases de crescimento dos frangos, desde o recebimento dos pintinhos de 1 dia até a idade de abate entre 90 a 120 dias.

Em Guarabira, mais precisamente, na Comunidade Maciel, observamos que a implantação de dois galpões adaptados a instalação existente no sítio, não foi obstáculos para o início da produção de frangos caipira, pois a avicultura alternativa pode ser desenvolvida em galpão simples de baixo custo. Os frangos já foram vendidos ao PNAE em 2015, mas na ausência de outros mecanismos de comercialização por falta do SIM, os camponeses acabam transferindo a renda da terra aos atravessadores que compram os frangos a preços baixos, R\$ 15,00 em média, e os revendem a preços maiores, R\$ 40,00.

No próprio sítio, os vizinhos compram ao preço de R\$ 25,00 o frango vivo, e abatido ao preço de R\$ 11,00 o quilo.

Os camponeses independentes, que desenvolvem a avicultura alternativa (aproveitando o máximo dos recursos naturais existentes em seus sítios) sem aderir linhas de créditos com nenhuma agência financiadora, se recriam apenas transferindo a renda da terra ao capital comercial e pouco ao capital industrial, uma vez que alguns instrumentos de trabalho não provêm das indústrias e sim de suas próprias habilidades e competências de construí-los de forma artesanal. Eles compram as aves em pequena proporção, em lotes de 100 ou 200 pintinhos de 1 dia. Então, a renda provinda da própria venda dos frangos, de outros produtos agrícolas, da aposentadoria e de outros trabalhos não agrícolas, livra os camponeses de darem renda ao capital financeiro.

A avicultura alternativa desenvolvida pelos camponeses (cooperados, associados e independentes) do Agreste paraibano é apenas uma forma de complementação da renda familiar. Além dela eles garantem a reprodução familiar no capitalismo utilizando de outras modalidades de resistência, como: a) as diferentes formas de organização da produção e do trabalho; b) a preservação e recriação de costumes e valores simbólicos que caracterizam a cultura camponesa.

### **Considerações finais**

O espaço agrário do Agreste paraibano nos dias atuais tanto é um espaço de valorização da avicultura capitalista desenvolvida pela Guaraves (que através da acumulação de capital garante uma reprodução em escala ampliada), como é, contraditoriamente, um espaço de resistência da avicultura alternativa desenvolvida pelos camponeses (que através da acumulação de dinheiro e de diferentes formas de resistência, garante a reprodução simples ou ampliada da família). O capitalismo se desenvolve apropriando-se da renda da terra e da mais-valia através do monopólio que a Guaraves têm com a propriedade privada da terra. A avicultura capitalista desenvolvida por esta empresa resultou do controle da propriedade privada da terra que permitiu de antemão a sua territorialização e, posteriormente, a sua monopolização no território do Agreste paraibano.

Da substituição da Granja Santana, de caráter familiar, para a Guaraves, de caráter capitalista, houve a conversão das leis de propriedade de produção de mercadorias em leis de apropriação capitalista. Neste processo, os princípios que regeram a troca de equivalentes M-D-M: liberdade, propriedade e igualdade, se converteram, pela sua própria dialética interna, em seu contrário, numa troca de não equivalentes: onde a liberdade é não liberdade, a propriedade é não propriedade e a igualdade é não igualdade (MARX, 2014). A propriedade sobre o frango pela Guaraves nada mais é que uma consequência da lei de

apropriação da produção de mercadoria, cujo princípio fundamental era, ao contrário de agora, o direito de propriedade garantido de cada trabalhador sobre o produto de seu próprio trabalho. Após a conversão das referidas leis acima, aparentemente, a relação de troca existente entre a Guaraves e os trabalhadores assalariados apareceu como justa, pois esta comprou a força de trabalho disponível no mercado pelos trabalhadores assalariados que as venderam em troca de um salário para se reproduzir.

A (re)produção do capital avícola da Guaraves ocorre desde a década de 2010, exclusivamente, com o trabalho assalariado através da apropriação da mais-valia tanto no novo sistema de integração (com médios e grandes produtores de frangos) como no abatedouro da empresa. Se o sistema de integração com os camponeses, pautado na extração da renda da terra, nas décadas de 1990 e 2000 ampliou o mercado interno e a cadeia produtiva do frango Bom Todo, atualmente, na segunda década do século XXI, o novo sistema de integração baseado na parceria com médios e grandes produtores de frangos, pautado na extração da mais valia, inseriu a Guaraves no mercado internacional.

A avicultura alternativa de criação de frango caipira está sendo desenvolvida nos dias atuais por alguns camponeses que são proprietários de seus sítios e que adotaram os sistemas de criação independente, associativista e cooperativista. Através de tais sistemas de criação e da análise sobre os diferentes níveis de transferência de renda da terra ao capital monopolista entre os camponeses avicultores, nos demos conta do processo de diferenciação interna do campesinato. Os camponeses da COPAF apesar de transferirem a renda da terra de antemão para o capital financeiro na personificação do PRONAF e, posteriormente, para o capital industrial na aquisição dos equipamentos tecnológicos que são necessários às instalações dos galpões, caminham para o processo de reprodução ampliada do campesinato porque não transferem a renda da terra para o capital comercial por não manterem relações de trocas com os atravessadores da região. Às vendas garantidas ao PNAE, PAA e aos supermercados na Paraíba minimizam a sujeição da renda da terra ao capital comercial. Se de um lado o apoio do Estado garante a manutenção do capital financeiro com a sujeição da renda da terra através do PRONAF, de outro lado, através da compra dos frangos da marca “Sou Caipira” para as políticas públicas do PNAE e PAA livra os camponeses dos atravessadores e acaba contribuindo para o processo de reprodução ampliada do campesinato.

Os camponeses da associação das comunidades Caboclo e Pedra Grande estão mais subordinados ao capital, pois transferem a renda da terra aos diferentes tipos de capital monopolista: a) ao capital financeiro, quando quitarem o débito do Projeto Empreender Paraíba no Banco do Nordeste; b) ao capital industrial, uma vez que precisam comprar equipamentos para manter o manejo nos galpões; e c) ao capital comercial, pois sem o PNAE, o PAA e outros mecanismos de comercialização, acabam vendendo os

frangos aos atravessadores que subordina-os ditando preços abaixo dos custos de produção. Os meios de comercialização garantidos pelos camponeses são à venda: a) aos vizinhos na própria associação; b) no restaurante “Sabor Camponês” situado na própria associação e pertencente a alguns camponeses associados; e c) na feira agroecológica que se realiza, periodicamente, na própria associação das comunidades Caboclo e Pedra Grande.

Os níveis de transferência de renda da terra ao capital monopolista destes camponeses são maiores que os da COPAF e dos camponeses que criam os frangos no sistema independente. Estes, por serem autônomos, geralmente, não transferem renda da terra ao capital financeiro, pois, raramente, recorrem aos créditos bancários e são os que menos transferem ao capital industrial, pois muitos dos equipamentos utilizados no manejo da produção dos frangos caipiras são produzidos artesanalmente por eles. Contudo, não conseguem se livrar dos atravessadores, pois nos momentos críticos de crises financeiras, transferem renda da terra ao capital comercial. Observamos que os camponeses independentes, tal como os camponeses das comunidades Caboclo e Pedra Grande, ficam na dependência das políticas públicas do PNAE e PAA para venderem os frangos, mas como não têm, frequentemente, acesso garantido em tais políticas e não possuem o SIM, comercializam aos vizinhos no próprio sítio e aos atravessadores.

Enfim, os camponeses cooperados, associados ou independentes nunca detêm 100% da renda da terra que lhes pertencem, uma parte dela é sempre apropriada pelos diferentes tipos de capital. Portanto, se enquadram na lógica da reprodução simples de mercadoria na qual há acumulação de dinheiro e não de capital. A avicultura desenvolvida no Agreste paraibano se reproduz de forma ampliada com o frango capitalista da Guaraves, e de forma simples com os frangos caipira dos camponeses que produzem de forma independente, associada, e cooperada. Isto significa que são os diferentes mecanismos de extração da mais valia e da renda da terra, no processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo no espaço agrário do Agreste paraibano, que determinam a reprodução ampliada do agronegócio avícola da Guaraves e a reprodução simples do campesinato.

## Referências

AGUIAR, Ana Paula Saldanha de. **Opinião do consumidor e qualidade da carne de frangos criados em diferentes sistemas de produção**. 2006. 71f. Dissertação (Mestrado em Ciências Agropecuárias) Programa de Pós Graduação em Ciências da Universidade de São Paulo (USP) - Escola Superior de Agricultura Luíz de Queiróz. Piracicaba. 2006.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste. São Paulo: Atlas, 1986.

- ARASHIRO, Osny. **A história da Avicultura do Brasil**. São Paulo: Gessulli. 1989.
- BELUSSO, Diane. **A integração de agricultores às cooperativas agrícolas abatedoras de frangos no Oeste do Paraná**. 2010. 219f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista (UNESP). Presidente Prudente. 2010.
- BOSI, Antônio de Pádua. História das relações de trabalho na cadeia produtiva avícola no Brasil (1970-2010). *In: Revista de História Regional* n. 16 v. (2). Inverno, 2011. Disponível: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/3016/2496>. Acesso: 22/04/2015.
- BRASIL. Secretaria de Comércio Exterior - SECEX. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC. **Exportações do agronegócio brasileiro: 2014 e 2015**. 2016.
- BRASIL. Secretaria de Comércio Exterior - SECEX. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC. **Paraíba: Agreste - exportação de carne de frango em 2014, 2015 e 2016**.
- CAIRES, Carolina Magalhães. CARVALHO, Alexssandre Pinto de. Criação alternativa de frango de corte. *In: Revista eletrônica Nutritime*, v. 7. n. 2, p. 1169-1174, março/abril, 2010.
- CONTRATO AVÍCOLA DA GUARAVES. **Guarabira**. Mimeografado, p. 5. 2016.
- CORREIA, Silvana Cristina Costa. **Reprodução do capital avícola e campesinato no espaço agrário do Agreste paraibano**. 2018. 406f. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2018.
- CORREIA, Silvana Cristina Costa. **Resistência e formas de (re)criação camponesa no semiárido paraibano**. 2011. 285f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós Graduação em Geografia. Universidade Federal da Paraíba (UFPB). João Pessoa, 2011.
- LIRA. Kaliane Marcelino. **O estudo da indústria Guaraves em Guarabira-PB: o controle de qualidade em gestão**. Monografia (Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Guarabira, 2011.
- MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 1986.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2016.
- MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura brasileira: transformações recentes. *In: Geografia do Brasil*. ROSS, J. L. S. (org). 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2005.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1990.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo, FFLCH, 2007.

PANTA, Rômulo Luiz. S. **O processo de monopolização do território pelo capital financeiro nos assentamentos rurais da reforma agrária em Sapé-PB**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015.

SANTANA FILHO, Edwaldo Pinheiro de; LIMA. Dionísio José de. **Criação de aves semiconfinadas**. Ilhéus: Ed. Ceplac/Cenex, 2012.

---

### Sobre a autora

**Silvana Cristina Costa Correia** - Graduação em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorado em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), Campus Euclides da Cunha. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-0913-1915>.

---

### Como citar este artigo

CORREIA, Silvana Cristina Costa. Reprodução ampliada do agronegócio avícola e simples da avicultura camponesa no Agreste Paraibano. **Revista NERA**, v. 26, n. 66, p. 222-245, mai.-ago., 2023.

---

Recebido para publicação em 07 de julho de 2021.  
Devolvido para a revisão em 30 de maio de 2023.  
Aceito para publicação em 29 de junho de 2023.

---